

LETRAMENTO RACIAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Marlene de Souza Oliveira ¹
Ahyas Siss ²

RESUMO

O presente trabalho aborda a evolução do conceito de letramento, inicialmente empregado nos anos 80 para repensar os estudos sobre alfabetização, destacando sua ampliação para além das competências individuais de leitura e escrita para incluir o uso social dessas habilidades. No contexto brasileiro, o termo letramento racial traz o reconhecimento da necessidade de compreender as práticas sociais e discursivas da escrita em relação à questão racial. A análise explora como a hierarquização racial perpetua o poder branco e justifica práticas discriminatórias, evidenciando a branquitude como uma construção social que confere privilégios simbólicos e materiais aos brancos. Além disso, discute-se os Estudos Críticos da Branquitude, originados nos Estados Unidos na década de 1990, e sua relevância para compreender a identidade racial branca em sociedades marcadas pelo colonialismo. Ademais, o trabalho destaca a necessidade de investigar o letramento racial crítico no ambiente escolar como uma forma de enfrentar as desigualdades raciais, considerando a escola como um espaço de transformação social e também propõe explorar como o letramento racial, enquanto prática de leitura, pode oferecer respostas individuais às tensões raciais na estrutura social, destacando a importância da formação docente nesse processo.

Palavras-chave: Branquitude, Educação, Identidade Racial, Letramento Racial, Racismo

INTRODUÇÃO

Na década de 1980, especialmente no ambiente acadêmico, o termo *letramento* começou a ser utilizado como uma forma de repensar os estudos sobre a alfabetização. Enquanto a alfabetização era associada a habilidades específicas relacionadas ao uso e à prática da escrita, o letramento ampliava esse enfoque, destacando os aspectos socio-históricos da aquisição do sistema escrito. No entanto, diante das demandas sociais, não é suficiente apenas saber ler e escrever; é essencial utilizar essas habilidades de forma significativa no cotidiano. Assim, o conceito de letramento ultrapassa a mera aquisição de códigos.

Freire (2008), ao refletir sobre o processo de leitura e alfabetização, pontuou que a forma como o sujeito compreende a realidade norteia suas ações sobre o mundo:

A um ponto, porém, referido várias vezes neste texto, gostaria de voltar, pela significação que tem para a compreensão crítica do ato de ler e, conseqüentemente, para a proposta de alfabetização a que me consagrei. Refiro-me a que a leitura de mundo precede sempre a leitura da palavra e a leitura desta implica a continuidade da leitura daquele. Na proposta a

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, marleneso123@gmail.com

² Professor orientador: Pós-doutor em Antropologia Social, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, ahyas@ufrj.br

que mereceri acima, este movimento do mundo à palavra e da palavra ao mundo está sempre presente. Movimento em que a palavra dita flui do mundo mesmo através da leitura que dele fazemos. (FREIRE, 2008, p. 20).

A leitura de mundo refere-se à maneira como o indivíduo interpreta o ambiente social, permitindo-lhe agir sobre ele de forma transformadora. Essa leitura envolve a compreensão ampla do contexto em que se está inserido.

A área de linguagem seria, portanto, responsável por educar cidadãos que sejam críticos e reflexivos quanto às relações sociais que estabelecem as estruturas de dominação que norteiam tais relações, além de ser possível através desse processo realizar discussões que visam uma educação na perspectiva da emancipação do pensamento. (FERREIRA, 2015)

O Letramento Racial é uma corrente dos letramentos que se propõe a estudar e entender como as relações de poder são engendradas para modelar as identidades de raça e como essas identidades atuam no seio das sociedades.

As várias formas como essa concepção é abordada, bem como suas correlações com as identidades raciais, trazem à discussão os conceitos de raça e racismo e possibilita ver nosso próprio entendimento de como tal concepção é tratada no nosso dia-a-dia e como tem impactado nossas identidades raciais. (FERREIRA, 2015).

Segundo Munanga (2004), o racismo é o estabelecimento da relação intrínseca entre características biológicas e qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que resulta na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores.

Legitimado pela ideologia da ciência europeia do século XIX, o racismo significou a visão inverídica da biologia humana, que atribui aos sujeitos brancos a cultura considerada como clássica. Observamos na prática que tratamos a experiência de ser europeu como norma. A origem histórica do racismo teria como base, portanto, o fenótipo do homem branco como fundamento universal. (SILVA, 2007; MOORE, 2007).

Embora a raça não exista biologicamente, isto é insuficiente para fazer desaparecer as categorias mentais que a sustentam. O difícil é aniquilar as raças fictícias que rondam nossas representações e imaginários coletivos. (MUNANGA, 2004, p.27)

Baseado num processo de hierarquização racial, no qual o homem branco está no topo e todos os demais distribuídos pela base, tal pensamento serviu para justificar a escravização dos povos africanos. Ou seja, assim como afirma Norvell (2002, pp. 262-263),

“podemos concluir que existe uma lógica racista por meio da qual o outro racial e culturalmente marcado é tratado como inferior em relação a uma brancura normativa.”

Tratar, pois a brancura como norma, traz consigo o conceito de branquitude, que de acordo com Müller e Cardoso (2017) significa a pertença étnico-racial atribuída ao branco. Ela pode ser compreendida como o lugar mais elevado na hierarquia racial. Ser branco se expressaria na corporeidade e isso iria além do fenótipo. Consistiria, portanto, em ser proprietário de privilégios raciais simbólicos e materiais.

Para Schucman (2014), o motivo do preconceito racial incidir sobre a população negra está diretamente relacionado ao fato de que os privilégios raciais estão associados aos brancos. Para a autora, “o branco não é apenas favorecido nessa estrutura racializada, mas é também produtor ativo dessa estrutura, através dos mecanismos mais diretos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia racial e o branqueamento.” (SCHUCMAN, 2014, p. 27).

Os Estudos Críticos da Branquitude tiveram início nos Estados Unidos na década de 1990. Tais estudos nasceram da percepção de que era preciso analisar o papel da identidade racial branca enquanto elemento ativo nas relações raciais em sociedades marcadas pelo colonialismo europeu. Os mecanismos de produção de desigualdades raciais foram construídos de tal forma que asseguraram aos brancos a ocupação de posições mais altas na hierarquia social, sem que isso fosse encarado como privilégio de raça. (BENTO, 2002)

Sobre as desigualdades raciais, Gomes (2011) afirma que “a educação, de modo geral, deveria ser o campo por excelência a construir muitas entradas e saídas nas fronteiras que nos separam.” Lamentavelmente, a sociedade e suas instituições, incluindo aqui a escola, constituíram-se em harmonia com as fronteiras das quais Gomes se refere, dentre elas, o projeto colonial que tem a Europa como paradigma para a compreensão da cultura do mundo. Como consequência disso, toda a sociedade e de maneira particular a educação, incorporou e passou a reproduzir o imaginário onde o lugar ocupado pela população negra é o de subalternidade.

Durante muitos anos, a elite brasileira tem unido esforços para rejeitar a nossa condição de nação negra, mesmo nos dias atuais, onde comprovadamente o Brasil é reconhecido como o país com o maior contingente de população negra fora do continente africano. Tal fato, faz com que o debate sobre o racismo e os privilégios da branquitude sejam imprescindíveis em todos os espaços sociais, pois é no universo sociocultural que estão e são continuamente produzidas as situações de racismo.

Ao longo da nossa história, incluindo a da nossa educação, o racismo permaneceu atuando continuamente na reprodução das desigualdades. A combinação de pensamentos eurocêntricos e racistas, produziu um modelo de sociedade constituída com bases firmadas nas diferenças raciais agravada pela ideia equivocada de que vivíamos em uma democracia racial.

Os proponentes da democracia política também passaram a considerar o conceito de democracia racial como um sustentáculo do aparato ideológico com o qual as elites conservadoras da nação buscaram conservar e justificar seu controle sobre a sociedade. (ANDREWS, 1998, p. 349)

Nesse sentido, ao pensarmos no universo escolar, encontramos um dos principais espaços sociais, um dos primeiros a ser frequentado pelos sujeitos e um dos mais diversos, além de ser entendido como espaço de formação e transformação. No entanto, assim como afirma Alves-Mazzotti (1994, p.60), “a intenção propalada de propiciar mudanças através da educação exige que se compreenda os processos simbólicos que ocorrem na interação educativa, e que esta não ocorre num vazio social.”

Ao abordarmos os conceitos de raça, racismo e branquitude no contexto da educação escolar, e considerando o Letramento Racial como uma possibilidade de construir uma educação antirracista, este estudo busca refletir sobre essa corrente de letramento como uma ferramenta eficaz para o combate ao racismo, especialmente no ambiente escolar. Ademais, justifica-se pela importância em produzir investigações acadêmico-científicas no universo escolar à luz do Letramento Racial e sua presença na formação docente, entendendo a escola como um espaço de transformação e visto que o Letramento Racial como prática de leitura, é segundo a antropóloga Francis W. Twine, uma forma de perceber e responder individualmente às tensões das hierarquias raciais da estrutura social. (SCHUCMAN, 2014)

RAÇA E RACISMO

Segundo Munanga (2004), o conceito de raça que vem sendo empregado na contemporaneidade não apresenta um contexto biológico. Tem sido, na verdade, uma expressão carregada de ideologia, e toda ideologia carrega consigo uma coisa não-proclamada, em outras palavras, a relação de poder e dominação.

Para Apple (2001), seria enganoso falar de raça como uma coisa, como algo objetivo que possa ser medido como se tivesse uma simples essência biológica. A biologia criou a ideia de raças humanas em que a espécie humana poderia ser dividida

em subespécies. Essa divisão estaria relacionada ao desenvolvimento diferencial de valores morais, psíquicos e intelectuais entre os seres humanos. E é justamente o estabelecimento da relação íntima entre caracteres biológicos e qualidades morais, psicológicas, intelectuais e culturais que resulta na hierarquização das chamadas raças em superiores e inferiores. (GUIMARÃES, 2012; MUNANGA, 2004)

Com efeito, com base nas relações entre “raça” e “racismo”, esta seria teoricamente uma ideologia essencialista que postula a divisão da humanidade em grandes grupos chamados raças contrastadas que têm características físicas hereditárias comuns, sendo estas últimas suportes das características psicológicas, morais, intelectuais e estéticas que se situam numa escala de valores desiguais. Visto esse ponto de vista, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural. (MUNANGA, 2004, p. 24)

Trazido para esse diálogo, Apple (2001) afirma que raça é uma construção, um conjunto inteiro de relações sociais. E essa construção, baseada em traços fisionômicos, de fenótipo ou de genótipo, é algo que não tem o menor respaldo científico. (GUIMARÃES, 2012)

A combinação de pensamentos eurocêntricos e racistas produziu um modelo de sociedade constituída com bases firmadas nas diferenças raciais, agravada pela ideia equivocada de que vivíamos em uma democracia racial, o que se mostra na verdade, como uma pseudodemocracia. Nessa perspectiva, não haveriam negros na construção social do povo brasileiro, somente mestiços. Como consequência disso, as práticas discriminatórias do cotidiano seriam banalizadas, o que só reforçaria a invisibilização do negro na sociedade. (SILVERIO, 2003)

BRANQUITUDE

Encontramos na literatura diversos autores que abordam o racismo e seus efeitos sob a perspectiva do estudo do negro e tudo que à ele se relacione. Na literatura brasileira, Guerreiro Ramos (1957) foi primeiro a apresentar em seus estudos o branco como objeto de análise sociológica do racismo.

Dir-se-ia que na cultura brasileira o branco é o ideal, a norma, o valor, por excelência. E, de fato, a cultura brasileira tem conotação clara. Este aspecto só é insignificante aparentemente. Na verdade, merece apreço especial para o entendimento do que tem sido chamado, pelos sociólogos de “problema do negro”. (RAMOS, 1957, p.150)

A ideia de superioridade que constitui a identidade racial branca é

fundamentada em um processo de construção social histórica, e, exatamente por isso, pode ser desconstruída (Hall, 2009).

Os estudos sobre as relações raciais muito falaram do negro e dos problemas que lhe foram criados no universo racial brasileiro, mas deixaram de falar de brancos numa sociedade onde a Branquitude poderia também fazer parte do processo de transformação social, partindo da hipótese de que os brancos conscientes dos privilégios que sua cor lhes traz na sociedade poderiam questioná-los e participar do debate sobre a divisão equitativa do produto social nacional entre brancos e negros. (MUNANGA, 2017, p.11)³

A partir do reconhecimento de tal situação de vantagem estrutural baseada na branquidade e refletindo sobre as práticas antirracistas, é preciso lembrar que a branquitude não diz respeito aos discursos ingênuos que afirmam: “somos todos iguais perante Deus ou perante as leis”, ao contrário, reconhece que alguns são mais iguais do que outros”. (PIZA, 2005. p.7). Faz-se necessária uma ação consciente para fora do comportamento hegemônico e em busca de uma postura política que efetivamente combata o racismo.

Para brancos, a internalização de uma nova percepção do que é ser branco é a tarefa básica do estágio de *autonomia*. Os sentimentos positivos associados a esta redefinição energizam os esforços pessoais para confrontar a opressão e o racismo na sua vida cotidiana. É um processo sempre em andamento, no qual a pessoa precisa estar continuamente aberta a novas informações e novas formas de pensar sobre variáveis culturais e raciais. (BENTO, 2014, p. 44)

Nessa direção, os Estudos Críticos da Branquitude, surgiram na década de 1990 nos Estados Unidos e apontaram para uma virada epistemológica nos estudos sobre raça e racismo. Ao contrário do que ocorria anteriormente, quando apenas o sujeito não-branco era tomado como objeto de pesquisa, estudos multidisciplinares passaram a enfocar os aspectos culturais, históricos e sociológicos da identidade branca e do processo de construção social do que foi nomeado *whiteness*, uma ideologia ligada ao status social branco. O poder simbólico da branquitude passou, assim, a ser estudado pelo “exame rigoroso de acadêmicos e ativistas que trabalham em diferentes contextos nacionais” (WARE, 2004, p.8), em especial na África do Sul,

³ Extraído do prefácio do livro Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil, Müller & Cardoso (Org.), 2017

Estados Unidos e Reino Unido.

A branquitude pode ser compreendida como uma construção social que posiciona os sujeitos brancos em um lugar de privilégio na hierarquia racial. Segundo Frankenberg (2004), a branquitude opera como norma não-marcada, sendo vista como o padrão universal, o que a torna invisível para os próprios sujeitos brancos. Essa invisibilidade, no entanto, é um dos principais mecanismos que sustentam o racismo estrutural, permitindo que os privilégios brancos sejam naturalizados e não questionados.

O conceito de branquitude foi desenvolvido a partir de reflexões sobre a posição de privilégio racial ocupado por pessoas brancas em sociedades estruturadas pelo racismo. Conforme apontado por Schucman (2014), a branquitude não se refere apenas à cor da pele, mas a um conjunto de práticas e representações que garantem a manutenção de privilégios simbólicos e materiais para indivíduos identificados como brancos. A autora enfatiza que, para entender o racismo contemporâneo, é crucial reconhecer como a branquitude se articula com outras formas de hierarquia e poder.

Edith Piza (2014), ao discutir o conceito de branquitude, utiliza a metáfora de uma "porta de vidro" para descrever a sensação de descoberta da própria racialização pelos sujeitos brancos.

Talvez uma metáfora possa resumir o que comecei a perceber: bater contra uma porta de vidro aparentemente inexistente é um impacto fortíssimo e, depois do susto e da dor, a surpresa de não ter percebido o contorno do vidro, a fechadura, os gonzos de metal que mantinham a porta de vidro. Isto resume, em parte, o descobrir-se racializado, quando tudo o que se fez, leu ou informou (e formou) atitudes e comportamentos diante das experiências sociais, públicas e principalmente privadas, não incluiu explicitamente nem a mínima parcela da própria racialidade, diante da imensa racialidade atribuída ao outro. Tudo parece acessível, mas, na realidade, há uma fronteira invisível que se impõe entre o muito que se sabe sobre o outro e o quase nada que se sabe sobre si mesmo. (PIZA, 2002, p. 61)

Segundo Piza, a branquitude opera de forma invisível para os brancos até o momento em que são confrontados com a necessidade de reconhecer sua posição de privilégio. Este processo de reconhecimento, muitas vezes doloroso e desconcertante, é essencial para a desconstrução das práticas racistas.

No Brasil, a construção da branquitude está intimamente ligada à história do colonialismo e do racismo científico. A ideia de raça, conforme teorizada por Guimarães (2012), é uma construção social que serviu para justificar a hierarquização dos grupos humanos com base em características fenotípicas, favorecendo os brancos e perpetuando desigualdades. A branquitude, portanto, não é apenas um privilégio

racial, mas também uma posição de poder mantida e reproduzida ao longo do tempo.

Uma das características centrais dos Estudos Críticos da Branquitude é a análise de como os sujeitos brancos se posicionam e são posicionados dentro das relações raciais. De acordo com Schucman (2012), “olhar para a branquitude é perceber que a manutenção da posição de privilégio dos brancos ocorre por meio da naturalização de sua condição, que, embora invisível, é constantemente reforçada por práticas sociais, econômicas e políticas”. Ela enfatiza que a branquitude opera como uma categoria que não apenas garante privilégios, mas também se oculta por trás de um discurso de universalidade e neutralidade, que torna difícil para os brancos reconhecerem seus próprios privilégios. Como Schucman aponta, é necessário “romper o silêncio que perpetua a branquitude como norma e, ao mesmo tempo, nega sua responsabilidade histórica e social na produção das desigualdades raciais”.

LETRAMENTO RACIAL E EDUCAÇÃO

Ao longo dos estudos sobre letramento, o termo foi se ampliando cada vez mais, pois o letramento escolar e o letramento social, embora situados em diferentes espaços e tempos, fazem parte do mesmo processo. Nesse sentido, Soares (2004) ressalta que está implícita a ideia de que a escrita traz consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas, linguísticas e que o aprender a ler e a escrever, envolve práticas sociais de leitura e escrita e produz efeitos sobre o indivíduo, além de poder alterar seu estado ou condição.

Além de habilidade individual de aquisição alfabética e numérica da leitura e da escrita, o letramento é também o uso social da leitura e da escrita em que os indivíduos se envolvem em seus contextos sociais, conforme esclarece Soares (1998 apud ROJO, 2009, p. 96).

O senso comum talvez entenda *alfabetismo* e *letramento* como sinônimos. Rojo (2009), porém, busca fazer uma distinção dos termos, esclarecendo que *alfabetismo* tem uma conotação de aquisição individualizada e escolar das habilidades valorizadas da leitura e da escrita, enquanto o *letramento* busca valorizar os usos e as práticas sociais que podem ou não envolver a leitura e a escrita, o que podemos entender como Letramento Crítico, ou seja, quando os indivíduos são capazes de refletir e atuar no sentido da transformação do *status quo*, questionando as desigualdades já naturalizadas. Ferreira (2015) acrescenta que o Letramento Crítico é uma ferramenta que contribui para a compreensão dos contextos sociais, políticos e ideológicos.

Paulo Freire, um dos precursores do Letramento Crítico, sempre defendeu práticas pedagógicas que valorizassem a cultura e o conhecimento dos alunos, além de promover a busca por justiça social, liberdade e igualdade, com foco na emancipação do pensamento.

Que na medida em que possibilita uma leitura crítica da realidade, se constitui como um importante instrumento de resgate da cidadania e que reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhoria da qualidade de vida e pela transformação social (FREIRE, 1991, p.68).

O Letramento Racial surge como uma perspectiva do Letramento Crítico e se fundamenta na necessidade de interpretar e enfrentar as complexas dinâmicas raciais presentes na sociedade, particularmente em espaços de ensino. De acordo com Ferreira (2015), o Letramento Racial visa a criação de consciência sobre a posição das identidades raciais na estrutura social, abordando como o racismo é naturalizado nas instituições e práticas cotidianas. A antropóloga Francis W. Twine (2006), por sua vez, entende o Letramento Racial como uma prática de leitura e resposta individual às hierarquias raciais, oferecendo ferramentas para que cada pessoa reconheça e desafie as formas de opressão racial que permeiam a sociedade. Ambas as autoras apontam para o papel fundamental do Letramento Racial na formação de sujeitos críticos, capazes de construir e fortalecer uma educação antirracista e inclusiva.

Twine (2006) desenvolveu o conceito de *racial literacy* ao pesquisar o conjunto de práticas realizadas por famílias inter- raciais no Reino Unido para ensinar seus filhos sobre raça e racismo, com o objetivo de auxiliá-los a identificar e a se defender de situações discriminatórias com as quais poderiam se deparar no meio social. No Brasil, o termo foi traduzido por Schucman (2014) como *letramento racial*. Apesar da tradução literal para o português ser equivalente a *alfabetização racial*, a autora optou pela ideia de letramento por reconhecer que, nas discussões brasileiras sobre o campo da alfabetização, o conceito de letramento se mostraria mais adequado à ideia de *racial literacy*, tendo em vista, como já dito anteriormente, que letramento se refere a uma compreensão mais ampla dos contextos discursivos e das práticas sociais da escrita.

Schucman afirma que Twine propõe que para que haja uma real desconstrução do racismo nas identidades raciais brancas é preciso que os sujeitos brancos se entendam como sujeitos racializados e adquiram o que ela irá chamar de Racial

Literacy que, para autora, é caracterizado como:

"Racial Literacy" é um conjunto de práticas que pode ser melhor caracterizado como uma "prática de leitura" - uma forma de perceber e responder individualmente às tensões das hierarquias raciais da estrutura social - que inclui o seguinte: (1) um reconhecimento do valor simbólico e material da branquitude; (2) a definição do racismo como um problema social atual, em vez de um legado histórico; (3) um entendimento de que as identidades raciais são aprendidas e um resultado de práticas sociais; (4) a posse de gramática e um vocabulário racial que facilita a discussão de raça, racismo e antirracismo; (5) a capacidade de traduzir e interpretar os códigos e práticas racializadas de nossa sociedade e (6) uma análise das formas em que o racismo é mediado por desigualdades de classe, hierarquias de gênero e heteronormatividade." (TWINE, 2006, apud SCHUCMAN, 2014 p.172)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões apresentadas ao longo deste trabalho ressaltam a importância do Letramento Racial no combate ao racismo e na promoção de uma educação mais inclusiva e transformadora. A análise das relações raciais no Brasil demonstra como a branquitude atua como um mecanismo de perpetuação das desigualdades, naturalizando privilégios para a população branca e silenciando as vozes da maioria negra. A compreensão crítica desse fenômeno, tanto no ambiente escolar quanto na sociedade em geral, é essencial para romper com as estruturas racistas que ainda moldam a realidade brasileira.

O conceito de Letramento Racial, inspirado em estudos críticos, permite uma leitura mais profunda das tensões raciais, possibilitando que alunos, professores e a sociedade em geral compreendam e atuem de maneira mais consciente contra as práticas discriminatórias. A educação se destaca como um espaço fundamental para o desenvolvimento dessas práticas, onde o debate sobre raça e racismo pode ser enfrentado de forma construtiva e emancipatória, preparando cidadãos para uma atuação mais crítica e reflexiva.

Vale dizer que, para termos uma sociedade mais justa e igualitária, temos que mobilizar todas as identidades, ou seja, a identidade racial branca e a identidade racial negra para refletir sobre raça, racismo e possíveis formas de letramento racial crítico e fazer um trabalho crítico no contexto escolar em todas as disciplinas do currículo escolar. (FERREIRA, 2015, p.36)

Além disso, o papel dos professores na mediação dessas discussões é central. A formação docente deve incluir não apenas o desenvolvimento de competências pedagógicas, mas também uma compreensão sólida sobre as dinâmicas raciais que permeiam a educação. O Letramento Racial proporciona ferramentas para que educadores abordem essas questões de maneira mais eficiente, promovendo uma maior conscientização entre os alunos e contribuindo para a desconstrução de estereótipos e preconceitos, assim como afirma Ferreira,

se os professores estiverem preparados para utilizar o letramento racial, poderiam estar colaborando para a formação de identidades raciais negra e branca e também de todos os segmentos raciais no contexto da escola tenham orgulho do seu pertencimento racial e entendam como o racismo está estruturado na sociedade e saibam como agir para construir uma sociedade justa e igualitária. (FERREIRA, 2015, p.42)

Por fim, o Letramento Racial se estabelece como uma prática indispensável na luta pela igualdade racial no Brasil. Em um país de maioria negra, o reconhecimento e a valorização das diferenças raciais, associadas à desconstrução dos privilégios da branquitude, são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. As escolas, ao adotarem essa prática, se tornam agentes de transformação social, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades raciais e para a promoção de uma cidadania plena para todos.

REFERÊNCIAS

ALVES-MAZZOTTI, A.J. **O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, v. 77, p. 53-61, maio 1994.**

ANDREWS, G.R. **Negros e brancos em São Paulo (1888-1998).** São Paulo: EDUSC, 1998.

APPLE, M.W. **Políticas de direita e branquitude: a presença ausente da raça nas reformas educacionais.** Rev. Bras. Educ. [online]. 2001.

BENTO, M.A. & CARONE, I. (Orgs.). **Psicologia Social do Racismo.** São Paulo: Vozes, 2014.

BENTO, M.A. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: **Psicologia Social do Racismo.** São Paulo: Vozes, 2014.

FERREIRA, A. de J. **Letramento racial crítico através de narrativas autobiográficas: com atividades reflexivas.** Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2015.

FRANKENBERG, R. **A miragem de uma Branquitude não marcada.** In: WARE, V. (Org.). Branquitude, identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 49. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **A Educação na Cidade São Paulo:** São Paulo: Cortez, 1991.

GOMES, N.L. **O Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis: Vozes, 2017.

GUIMARÃES, A.S.A. **Preconceito Racial: modos, temas e tempos.** São Paulo: Cortez, 2012.

HALL, S. **Da Diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MOORE, C. **Racismo e Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo.** Belo Horizonte: Mazza, 2007.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra.** Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____, Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, A.A.P (ORG). **Programa de Educação sobre o negro na sociedade brasileira.** Niterói: EdUFF, 2004.

MÜLLER, T.M.P., CARDOSO, L. (ORGS) **Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil.** Curitiba: Appris, 2017.

NORVELL, J.M. **A brancura desconfortável das camadas médias brasileiras. Raçacomotretórica. A construção da diferença.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PIZA, E. **Adolescência e racismo: uma breve reflexão.** In: SIMPOSIO INTERNACIONAL DO ADOLESCENTE, 1, São Paulo, 2005., Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000082005000100022&lng=en&nrm=abn

_____. Porta de vidro: uma entrada para a branquitude. In: CARONE, I & BENTO, M.A. (Orgs.). **Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2014

RAMOS, A.G. **A introdução Crítica a Sociologia Brasileira.** Rio de Janeiro: Andes, 1957.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social.** São Paulo: Parábola, 2009.

SCHUCMAN, L.V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: Branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo.** São Paulo: Annablume, 2014

SILVA, P.B.G. **Aprender, ensinar e Relações Étnico-Raciais no Brasil.** Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set/dez, 2007.

SILVÉRIO, V. R. **Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 117, p. 219-246, 2003.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos.** Revista Pátio, v. 29, p. 19-22, 2004. Disponível em: <https://oportuhguesdobrasil.files.woedpress.com/2015/02/18892732-artigo-alfabetizacao-e-letramento-magda-soares1.pdf>.

TWINE, F.W.; STEINBUGLER, A. **The gap between whites and whiteness: interracial intimacy and racial literacy.** Du Bois Review: Social Science Research on Race, New York, v. 2, n. 3, p. 341-363, ago. 2006. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/231775543_The_gap_between_whites_and_whiteness_Interracial_Intimacy_and_Racial_Literacy

WARE, V. O poder duradouro da branquitude; “um problema a solucionar”. Introdução. In: WARE, V. (Org.) **Branquitude, identidade branca e multiculturalismo.** Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

